

ELEMENTOS PARA O ESTUDO DA PARÁFRASE

Paulo Mosânio Teixeira Duarte*

Introdução

A sinonímia não se dá apenas no plano lexical. É fenômeno encontrado também no plano sintático, quando é chamada *paráfrase*, embora aí entrem em jogo aspectos peculiares, que singularizam a sinonímia sintática da léxica. No entanto, existem pontos comuns entre os dois tipos de sinonímia, entre os quais a excepcionalidade de uma sinonímia perfeita e a dependência de fatores extralingüísticos para se caracterizarem.

Neste trabalho, trataremos, em primeiro lugar, de mostrar como se manifesta a paráfrase e que fatores contribuem para embasar a existência de uma paráfrase. Para tanto, exploramos os quatro tipos parafrásticos, estabelecidos por Fuchs (1982): o locutivo, o referencial, o pragmático e o simbólico. Apontamos, a partir desta exploração, os elementos teóricos necessários para um estudo da sinonímia sintática em suas diversas manifestações.

Tentaremos mostrar também que a paráfrase, embora tenha alguma relação com o fenômeno da correspondência, referido por Perini (1995), ultrapassa o âmbito da Semântica enquanto mera correspondência de estruturas, para adentrar o terreno pragmático e discursivo.

* Universidade Federal do Ceará.

Como vemos, nosso trabalho é de delineamento. Seu objetivo é simplesmente mostrar quão complexo é o mecanismo da paráfrase e o que implica o estudo de cada um dos seus tipos. Constitui-se como um preâmbulo para análises dos aspectos específicos, relativos aos fatores que a norteiam.

A paráfrase: aspectos gerais

Não há paráfrases perfeitas. Semelhantemente ao que acontece à sinonímia lexical, temos que definir o que levar em conta para dizermos que estamos tratando de uma sinonímia sintática. Em outras palavras, devemos considerar um determinado fator que orientará o sentido desse tipo especial de sinonímia.

Fuchs (1982) parte da função metalingüística para compreender o fenômeno da paráfrase. Tal função foi bem estabelecida por Jakobson (1980), que a situou entre outras funções bastante divulgadas nos meios lingüísticos: a referencial, a expressiva, a conativa, a fática e a poética. De fato, em termos de função de linguagem, a paráfrase se ancora na relação entre estruturas do código, de modo que entre elas se estabelece uma relação de significados, no nível referencial.

Entretanto, associar a paráfrase à função metalingüística pode levar a crer que o fenômeno se baseia numa mera tradução intracódigo. Em virtude de um determinado signo frasal ou de algum aspecto deste não ser devidamente compreendido, o locutor recorre a perífrases que funcionam como signos de signos, até que haja um consenso semântico entre locutor e alocutário. Nada mais ingênuo. A função metalingüística é apenas um ponto de partida. Resta definir sob que aspectos a paráfrase se manifesta.

Fuchs (1982), após longa digressão sobre problemas metodológicos concernentes à paráfrase lingüística, chega a alguns aspectos positivos sobre que parâmetros considerar para se falar de uma sinonímia sintática, uma vez que, como veremos, sob algum aspecto, a sinonímia não ocorre, isto é, a superposição de sentidos é parcial. A autora fala de níveis de interpretação:

Para poder falar do semantismo de X e do semantismo de Y e compará-los, o sujeito S opta necessariamente por um dado nível de interpretação em que se situa o semantismo que ele reconstrói, com exclusão de todos os outros níveis de interpretação possíveis.

Isto constitui uma primeira seleção no interior da multiplicidade de semantismos produzidos correspondentes a X e a Y. É, fique bem claro, em função de toda espécie de determinações extralingüísticas, de sua situação e do contexto lingüístico, que S retém este ou aquele nível de interpretação.¹

Como vemos, a autora postula parâmetros ou níveis possíveis de interpretação em função dos quais se opera a paráfrase. Somente fazendo tábula rasa de outros níveis é que se pode falar de sinonímia. Guardadas as proporções, é o que acontece com a sinonímia léxica, quando se descontam, por exemplo, o registro, a afetividade, a intensidade e a generalidade. Quando a consciência se orienta para um determinado fator, ela impõe uma certa superposição, oriunda da abstração de outros fatores.

Percebemos também que, para a autora, não só operam fatores lingüísticos como também aqueles ligados à situação. Em suma, tratar a paráfrase como fenômeno meramente estrutural é empobrecê-lo. Afinal, “os níveis possíveis de interpretação se encadeiam uns com os outros de modo contínuo; eles vão do mais lingüístico (ligado às formas), ao menos literal (a interpretação mais livre)”.² Quer dizer, há vários níveis parafrásticos, desde aqueles nitidamente reconhecidos até aqueles em que a superposição de significados é parcial, por vezes mínima. Na verdade, a paráfrase pressupõe mais do que a estrutura lingüística, mais do que a simples correspondência de formas sintáticas. Implica também a situação em que entram os participantes: o locutor com sua intenção e o alocutário com sua recepção, com sua interpretação.

1 “Pour pouvoir parler ‘du’ sémantisme de X et ‘du’ sémantisme de Y, et les comparer, le sujet S opte nécessairement pour un niveau donné d’interprétation, où se situe le sémantisme qu’il reconstruit, à l’exclusion de tous les autres niveaux d’interprétation possibles. Ceci constitue une première sélection à l’intérieur de la multiplicité des sémantismes produits correspondants à X et à Y. C’est, bien entendu, en fonction de toutes sortes de déterminations extralinguistiques, de sa situation, et du contexte linguistique, que S retient tel ou tel niveau d’interprétation.” (Fuchs, 1982, p. 127-128).

2 “Les niveaux possibles d’interprétation s’enchaînent les uns aux autres de façon continue; ils vont du plus linguistique (c’est-à-dire lié aux formes) au moins littéral (c’est-à-dire à l’interprétation la plus libre).” (Fuchs, 1982, p. 128).

A paráfrase: aspectos específicos

A paráfrase não se circunscreve ao âmbito puramente lingüístico, a uma simples equivalência de estruturas em nível sintático-semântico. Na verdade, depende de parâmetros, os quais, segundo Fuchs (1982), são os seguintes:

- a) o locutivo;
- b) o referencial;
- c) o pragmático;
- d) o simbólico.

Nas seções a seguir, trataremos de cada um deles, em separado.

O plano locutivo

O plano locutivo conduz a uma decodificação que se alicerça sobre o sentido lingüístico. É a paráfrase propriamente dita, aquela reconhecida como tal. Dadas duas seqüências X e Y, Y reformula, de modo literal, o sentido literal de X. Exemplos:

(01) O homem entrou. Ele usava um chapéu.

Podemos extrair de (01) várias possibilidades parafrásticas:

- a. O homem que entrou usava um chapéu.
- b. Aquele que usava um chapéu é o homem e ele entrou.
- c. Há um homem que usava um chapéu: é ele que entrou.

As possibilidades de paráfrase são ilimitadas e as variações semânticas o são também, isto descontado o registro e os efeitos estilísticos. Todavia, *a grosso modo*, o sentido básico permanece: “há um homem, ele usava um chapéu e ele entrou”. Neste sentido locutivo, a paráfrase, como já asseverado, tem conexão com a função metalingüística, uma vez que estamos tratando de interpretante do código. É interpretante porque a relação se dá entre signos, instaurando o processo de *semiose*. Como tal relação se instaura na língua, diz-se que ocorre no nível do código, por oposição a relações entre signos instauradas pelo contexto discursivo, o que acarreta interpretante do contexto (cf. Lopes, 1976, p. 65-71; Lopes, 1978, p. 33-38). Mas, no plano locutivo, o que entra em jogo não é apenas a função metalingüística, mas também a função referencial, semelhantemente ao que ocorre na sinonímia léxica, quando estabelecemos relação sinonímica de significados entre dois lexemas, fazendo abstração de aspectos expressivos ou elegendo um aspecto distribucional.

O plano referencial

A situação se complica quando se consideram as operações enunciativas, entendendo-se por *enunciativas*: “as operações (intimamente ligadas às operações predicativas) através das quais o sujeito atribui ao enunciado um certo número de valores referenciais (de tempo, de aspecto, de modalidades, de determinação etc.), quer dizer, ancora o enunciado na situação enunciativa, (nos aspectos do ‘eu-aqui-agora’).”³

Ilustramos com os exemplos abaixo:

- (02) a. Ele vai chegar.
b. Ele está a ponto de chegar.
c. Ele ainda não chegou.
d. Falta pouco para ele chegar.

3 “...les opérations (intimement liées aux opérations prédicatives) par lesquelles le sujet assigne à l'énoncé un certain nombre de valeurs référentielles (de temps, d'aspect, de modalités, de détermination, etc.), c'est-à-dire ancre l'énoncé par rapport à sa situation énonciative (à son 'moi-ici-maintenant') (Fuchs, 1982, p. 129).

- (03) a. Ele deve ter compreendido.
b. Ele compreendeu sem dúvida
c. Há todas as chances que ele tenha compreendido.
d. É verossímil que ele tenha compreendido.
e. Eu penso que ele compreendeu.

O plano aqui a se destacar é o referencial. A função referencial continua a persistir, uma vez que se considera a identidade das referências, mas estas são dadas pela situação e não apenas pela estrutura sintático-semântica. Assim, a frase *Ele veio aqui no mês passado* pode ser interpretada como “Paulo veio a Paris em janeiro”. A paráfrase se ancora sobre as identidades compartilhadas pelo locutor e pelo alocutário entre *ele* e *Paulo*, *aqui* e *a Paris*, *no mês passado* e *em janeiro*. Do mesmo modo, a frase *O presidente da República foi visitar a maior cidade do Brasil* pode corresponder a *Fernando Henrique Cardoso foi visitar São Paulo*. As identidades referenciais se dão entre *O Presidente da República* e *Fernando Henrique Cardoso*, *a maior cidade do Brasil* e *São Paulo*.

São amplas as possibilidades de identidade semântica, porque entram em cena fatores que extrapolam a simples superposição de formas para se chegar a uma certa superposição semântica. É indispensável que haja conhecimento compartilhado entre os interlocutores acerca das identidades referenciais que se projetam no discurso. Isso é muito comum quando ocorrem dêiticos, sintagmas nominais definidos e nomes próprios. Esse tipo de paráfrase sugere um estudo mais detalhado em vista destas entidades lingüísticas mencionadas, de sorte a identificar os aspectos comuns e os diferenciais em conformidade com o tipo. Assim, um pronome como *ele*, em virtude de seus traços sêmicos [+Masculino], [+3ª pessoa], [+Singular], potencialmente evoca nomes em número ilimitado, sob essas condições semânticas. Por isso, a identidade referencial entre *Paulo* e *ele* é de natureza discursiva. Outro exemplo, agora no plano do sintagma nominal definido: a identidade entre *bispo de Hipona* e *Santo Agostinho* só será reconhecida por aqueles que sabem que Santo Agostinho foi bispo e atuou em Hipona. Se não for reconhecida tal identidade, não há reconhecimento de paráfrase.

Do mesmo modo, a identidade entre nomes próprios e sintagmas nominais definidos dependem do conhecimento partilhado entre os interlocutores. Assim, dependendo do texto e do que se quer frisar, podemos estabelecer uma relação entre o nome próprio *Napoleão* e os sintagmas nominais *O exilado de Elba*, *o*

derrotado de Waterloo, o vencedor de Marengo, entre outros. Em outras palavras, dependendo do propósito comunicativo e da coerção textual, podemos associar nomes próprios a uma infinidade de sintagmas nominais. É o que se denomina *conotação*, na abordagem semiótica de Eco (1974), entendendo por esse fenômeno:

O conjunto de todas as unidades culturais que uma definição intensional do significante pode pôr em jogo; e é, por conseguinte, a soma de todas as unidades culturais que o significante pode revocar institucionalmente à mente do destinatário. Onde o “pode” não alude a nenhuma possibilidade psíquica, mas a uma disponibilidade cultural.⁴

É tentador, pelo exposto, estabelecer uma ponte entre este tipo de paráfrase, a referencial, e os diversos tipos de conotação, como a definicional e a ideológica, esta última concernente a “um complexo de unidades culturais sob um único enfoque de seus perfis possíveis”.⁵ Exemplo disso é o caso já ilustrado referente ao nome próprio *Napoleão*.

O plano pragmático

Uma vez tendo nos referido ao plano referencial (relativo à identidade das referências), passamos ao plano pragmático. Neste plano, a paráfrase se baseia nas intenções do locutor, seu comprometimento com o ato de fala (valores ilocutórios) e nos efeitos sobre o receptor (valores perlocucionários).

O desenvolvimento adequado desse tipo de paráfrase depende da devida elaboração de uma teoria dos atos de fala, do reconhecimento de que, para além da referência, do espaço e do tempo, há também os participantes mediados pela linguagem, a qual não é considerada como uma estrutura independente daqueles que a produzem e a interpretam. Destarte, um ato de fala compreende (cf. Austin, 1990):

4 ECO, U. *As formas do conteúdo*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 42.

5 ECO, op. cit., p. 43.

- a) um aspecto *locucionário*: a forma fonética de que se reveste, a construção gramatical em que se veicula e o sentido associado;
- b) um aspecto *ilocucionário*: o valor do ato praticado pelo falante ao proferir certas palavras em determinada situação;
- c) um aspecto *perlocucionário*: o efeito produzido pelo ato nos sentimentos, pensamentos ou ações do ouvinte, do próprio falante ou de outras pessoas.

Resumindo, um ato locucionário diz respeito ao fato de se dizer alguma coisa, de se estabelecer uma predicação sobre um estado de coisas. Um ato ilocucionário é aquele que praticamos ao dizer alguma coisa: é o que *fazemos* ao dizer o que dizemos. Por fim, o ato perlocucionário concerne ao efeito sobre o ouvinte, quando da enunciação de uma frase, seja este efeito intencional ou não.

As noções de valor *ilocucionário* e de *potencial ilocucionário* assumem grande relevo na teoria dos atos de fala. O primeiro é respeitante ao tipo de ato de fala que praticamos ao enunciar a frase (o ato de declarar, prometer etc.). O segundo, por seu turno, é relativo ao leque de atos ilocucionários que podemos praticar ao proferir uma frase, o conjunto dos inúmeros valores ilocucionários que uma frase pode exprimir.

Não é objetivo nosso nos alongar na complexa teoria dos atos de fala em suas diversas versões e com os diversos problemas derivados (cf. Cervoni, 1989, p. 84-95). O que desejamos tão-somente é ilustrar que, sem uma perfeita e coerente descrição teórica destes atos, não se construirá uma adequada teoria da paráfrase pragmática.

Uma vez tendo conceituado a paráfrase pragmática, vamos aos exemplos que ilustram valores ilocutórios:

- (04) Não partirei sem te avisar – prometo que não partirei sem te avisar.
- (05) Não faça isto – eu te proíbo de fazer isto.
- (06) Tenho dor de cabeça – queria que você me trouxesse um medicamento.

Quanto aos valores perlocucionários, temos:

- (07) João sugeriu a Maria responder a minha carta – Maria respondeu a minha carta graças à sugestão de João.
- (08) Pedro aconselhou a Paulo que viesse. – Pedro persuadiu a Paulo que viesse.

O plano simbólico

O último plano, o simbólico, é fundado nas figuras de estilo e nos gêneros literários. Destaca-se a metáfora e a alegoria, nesse tipo de paráfrase. Exemplos fartos dessa espécie parafrástica se encontram na Bíblia.

Ilustrando: para muitos teólogos, a referência a Jonas no ventre da baleia por três dias é uma paráfrase sobre Jesus três dias no seio da terra, embora se faça tábula rasa de que Jonas desobedeceu a Deus por não ter ido pregar na cidade de Nínive. Do mesmo modo, a passagem de Moisés pelo Mar Vermelho, libertando os hebreus da escravidão egípcia, pode ser vista como uma paráfrase da missão do Messias, no nível simbólico: conduzir os pecadores pelo reto caminho até a Terra Prometida (o Paraíso), libertando-os do pecado (o análogo da escravidão egípcia). A Páscoa é considerada no Novo Testamento como uma retomada metafórica da passagem do estado de escravidão hebreu ao estado de libertação. Em que nível se dá essa retomada? Na interpretação cristã de que a Páscoa é a libertação via ressurreição da morte (escravidão) para a vida eterna (libertação).

A analogia metafórica pode ser estabelecida em termos de equivalência semântica de esquemas actanciais:

- (09) a. *Moisés* veio para libertar os *hebreus* da *escravidão egípcia*.
b. *Jesus* veio para libertar o *homem* da *escravidão do pecado*.
- (10) a. A Páscoa é a comemoração da libertação do *povo hebreu* da *escravidão egípcia*.

b. A Páscoa é a comemoração da libertação do *homem* do *fenômeno da morte*.

Não apenas no discurso bíblico-religioso pode ser encontrado esse tipo de paráfrase, mas também em alguns discursos literários. Assim, o personagem D. Quixote, julgando se defrontar com adversários à altura mas acabando por enfrentar realidades prosaicas, simboliza o indivíduo romântico, inadaptado ao real, que tenta fazer da vida uma aventura heróica, ou mesmo o cavaleiro medieval já em decadência ante uma nova época.

Desse modo, a paráfrase tem pontos de contato com os níveis de leitura de um texto – as isotopias – com os quais os participantes podem não estar de acordo.⁶ A paráfrase, no nível simbólico, não impõe freqüentemente consenso, pois depende de crenças e do grau de capacidade figurativa por parte dos interlocutores, isto é, de até que ponto estão consensuais quanto aos traços semânticos a serem eleitos e isso depende do conhecimento partilhado. Mesmo a admissão consensual de traços alegóricos ou metafóricos não implica total superposição de traços, é óbvio. Tornam-se pertinentes os semas necessários para a concretização das relações figurativas, ao mesmo tempo em que se dispensam traços por imposição contextual.

O estudo desse tipo de paráfrase implica a análise dos vários gêneros literários, para saber-se em que medida eles condicionam esse tipo parafrástico, bem como a devida classificação das célebres figuras de linguagem, mais especificamente, o estudo da Semântica discursiva, em torno dos percursos figurativos e temáticos (cf. Fiorin, 1989). Implica também, como vimos, o conceito de isotopia.

Em termos semióticos, o plano simbólico pressupõe também a análise do vínculo deste com as conotações, já definidas por nós, em especial, aquelas obtidas por artifício retórico ou retórico-estilístico (cf. Eco, 1974, p. 45). Neste último caso, admite-se que certa forma da mensagem pode conotar seja a corrente estilística, à qual ela deve ser vinculada, seja a visão ideológica que se vale de uma dada forma retórica para exprimir-se.

6 Para uma melhor apreensão do fenômeno da isotopia e seus diversos tipos no nível discursivo e no narrativo, consulte-se Eco (1984, p. 130-148).

Paráfrase e correspondência

A noção de correspondência encontra-se em Perini (1995, p. 46-9) e em Ilari e Galdi (1990, p. 47-51), mas só se encontra formalmente definida no primeiro autor. Analisaremos sumariamente as duas propostas para ver em que medida elas se imbricam com a noção de paráfrase.

Perini reconhece que a noção de correspondência não é de fácil definição. Em princípio, trata-se de “um relacionamento sintático especial entre frases (...) além do evidente parentesco semântico”.⁷ Admite então a existência de grupos de correspondência que agregam certas estruturas: frases e também sintagmas menores. Acolhe duas espécies de correspondência: a total e a parcial. A primeira é definida assim:

Duas formas A e B serão totalmente correspondentes se for possível estabelecer entre todos os termos de A e todos os termos de B um relacionamento um-a-um [sic] tal que:

(i) os membros de cada par assim formado sejam preenchidos por itens léxicos idênticos; e

(ii) para qualquer preenchimento léxico idêntico dos pares, a aceitabilidade de A implique a aceitabilidade de B, e vice-versa; e a inaceitabilidade de A implique a inaceitabilidade de B, e vice-versa.⁸

A segunda, por sua vez, pode ser definida nestes termos:

Uma forma A será parcialmente correspondente a outra forma B se for possível estabelecer entre todos os termos de B e alguns termos de A um relacionamento um-a-um [sic] tal que:

(i) os membros de cada par assim formado sejam preenchidos por itens léxicos idênticos; e

7 PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995. p. 49.

8 *Ibid.*, p. 208.

(ii) para qualquer preenchimento léxico idêntico dos pares, a aceitabilidade de A implique a aceitabilidade de B (mas não vice-versa).⁹

Constituem exemplos de correspondência total:

a) topicalização:

- (11) a. Leo comeu o peixinho imediatamente.
b. O peixinho, Leo comeu imediatamente.

b) anteposição dos pronomes interrogativos:

- (12) a. Vocês procuram o quê?
b. O que vocês procuram?

c) clivagem (marcada por *foi que* ou *é que*):

- (13) a. Mamãe fez os sanduíches.
b. Foi mamãe que fez os sanduíches.

d) movimentação de clíticos:

9 PERINI, op. cit., p. 209.

- (14) a. Mariquinha se estava maquiando.
b. Mariquinha estava se maquiando.
c. Mariquinha estava maquiando-se.

e) movimentação de quantificadores:

- (15) a. Todas as adolescentes gostam de tango.
b. As adolescentes todas gostam de tango.
c. As adolescentes gostam todas de tango.

Constituem, por sua vez, exemplos de correspondência parcial:

a) a relação ativa/passiva:

- (16) a. João ama Pedro.
b. Pedro é amado por João.

b) alçamento de objeto:

- (17) a. Mastigar farinha é difícil.
b. Farinha é difícil de mastigar.

É tentador aproximar, pelo menos em parte, o conceito de paráfrase e o de correspondência, segundo Perini. Considerando-se os exemplos acima, cremos que a correspondência total pode ter uma certa relação, embora a mudança de posição dos termos em relação à “frase básica” acarrete, mesmo que o autor não mencione isto, saliência semântica de alguns termos. Na parcial, talvez coubessem

paráfrases do ponto de vista estrutural. Por exemplo, a relação ativa/passiva pode ser vista como uma correspondência e uma paráfrase. O problema é que Perini apresenta uma sintaxe e uma conseqüente visão de correspondência muito formalista, em que mesmo os aspectos semânticos salientes são desprezados. Tal perspectiva nos acautela contra uma aproximação entre correspondência e paráfrase, já que, para Fuchs (1982), este último fenômeno envolve uma articulação entre a língua e o uso da língua. Registrar meras correspondências não é, então, registrar paráfrases, a não ser que estejamos falando, pelo menos no tocante a algumas, de um ângulo puramente locutivo, considerando apenas o sentido literal, a função referencial.

Mais latas são as correspondências estabelecidas por Ilari e Galdi (1990), embora não definam correspondência e nem procurem tipificá-la, interessados que estão na sinonímia estrutural ou paráfrase. Constituem, para os autores, exemplos de relações parafrásticas:

a) a relação voz ativa/voz passiva:

(18) Pedro matou João/João foi morto por Pedro.

b) a construção de comparativo de igualdade:

(19) Pedro é tão bom quanto José./José é tão bom quanto Pedro.

c) a construção dos comparativos de superioridade e inferioridade, formulados nos dois sentidos:

(20) Pedro é mais esperto do que José/José é menos esperto que Pedro.

d) a construção com *ter*/a construção com *ser de*:

(21) Pedro tem João como amigo./João é amigo de Pedro.

e) construções nominalizadas/construções não-nominalizadas:

(22) Primeiro o coral cantou o hino, depois a banda executou a marcha fúnebre./O canto do hino pelo coral foi seguido pela execução da marcha fúnebre pela banda.

f) construção com mesmo:

(23) Wladimir Zatopek corre 3000 metros no mesmo tempo que o irmão do João./O irmão do João corre os 3000 metros no mesmo tempo que Wladimir Zatopek.

g) paráfrase lexical e estrutural ao mesmo tempo:

(24) O camelô vendeu-me este descascador de batatas que não funciona./Comprei do camelô este descascador de batatas que não funciona.

Os autores são explícitos quanto à abordagem da paráfrase meramente estrutural:

Como no caso da sinonímia lexical, a escolha entre duas frases sinônimas por razões estruturais nunca é completamente inocente. Assim, ao passar da voz ativa para a passiva, fica alterada a atribuição aos vários participantes dos papéis de tema e rema [isto é, a passiva topicaliza o objeto da ativa].¹⁰

As frases comparativas também não podem ser consideradas sinônimos perfeitos. Se dizemos *A é mais X que B* ao invés de *B é menos X que A*, muda a *orientação argumentativa*.¹¹ No primeiro caso, o discurso é orientado no sentido de salientar a superioridade de A. No segundo, de ressaltar a inferioridade de B.

Algumas frases podem ser inclusive negadas como sinônimas numa situação discursiva. Os autores ilustram com as frases (25) e (26) abaixo.

- (25) Não foi o Zatopek que correu os 3000 metros no mesmo tempo que o irmão de João; foi o irmão de João que correu os 3000 metros no mesmo tempo que o Zatopek.
- (26) Não fui eu que comprei este descascador de batatas do camelô; foi ele que me vendeu.

Pelo exposto, vemos que há compatibilidade de base entre a proposta de Fuchs (1982) e de Ilari e Geraldí (1990), devido a considerações de ordem extra-estrutural para o tratamento da paráfrase por parte desses autores, que acrescentam um outro fator: a orientação argumentativa.

10 ILARI, R.; GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1990. p. 49.

11 O conceito de *orientação argumentativa* depende de outros conceitos, como: *classe argumentativa*, “constituída de um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento para (...) uma mesma conclusão”, e *escala argumentativa*, que diz respeito à “gradação em força crescente no sentido de uma mesma conclusão” (Koch, 1992, p. 30).

Conclusão

Considerando apenas o sentido literal, podemos afirmar que existe paráfrase ou sinonímia frasal, isto levando em conta os quatro planos aludidos por Fuchs (1982): o locutivo, o referencial, o pragmático e o simbólico. No plano locutivo, faz-se necessário considerar a orientação argumentativa e a saliência semântica derivada da mudança de posição dos termos de uma frase em relação aos de outra frase; no plano referencial, uma teoria da referência, com as noções de sintagmas nominais definidos, nomes próprios e dêiticos; no plano pragmático, uma teoria dos atos de fala, com as noções de valores ilocutórios e perlocutórios; no plano simbólico, as noções de gênero literário, figuras de linguagem e isotopia.

Os próprios sujeitos devem ser levados em conta no estabelecimento de paráfrases e, a respeito disso, pode haver controvérsias. Pode-se identificar superposições semânticas parciais entre frases e até mesmo o obnubilamento quase total do sentido original, na reprodução de sentidos.

A paráfrase não se reduz, portanto, ao que costumeiramente entendemos por circunlóquios no âmbito puramente lingüístico, do sentido literal. Três possibilidades se esboçam:

- a) relação entre uma identidade de conteúdo, a despeito de alterações de forma, o que corresponde à noção espontânea de paráfrase;
- b) relação de conteúdo que oscila desde “deslizamentos” eventuais da reprodução até a deformação semântica, que implica dizer coisa totalmente diversa;
- c) relação de conflito entre os sujeitos, que podem ter opiniões diversas, um acolhendo, outro rejeitando determinada paráfrase.

Como bem afirma Fuchs (1982):

Conseqüentemente, a paráfrase não poderá, de modo algum, ser encerrada quer no sistema da língua (as relações de paráfrase não constituem uma propriedade intrínseca dos pares de seqüências, inscrita de modo estável na língua, tornando o objeto homogeneamente consensual entre os sujeitos), quer na

variabilidade infinita dos fatos de discurso e das determinações extralingüísticas (a cada um cabe sua interpretação e suas relações de paráfrase): a paráfrase é um fenômeno linguajeiro (quer dizer, uma atividade de linguagem empreendida pelos sujeitos nas situações de discurso dadas) que não é senão parcialmente lingüístico (isto é, apoiando-se nas relações complexas da língua, que contribuem para um julgamento de paráfrase, sem, todavia, determiná-lo de modo absoluto).¹²

A conclusão disso é que a oposição *língua/fala*, no âmbito da paráfrase, deve ser superada por uma diferença de outra ordem: a articulação entre a língua e o uso da língua pelos sujeitos, da qual participa a atividade metalingüística.

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a paráfrase, fenômeno sinonímico do domínio da sintaxe, embora submetido a fatores complexos que ultrapassam o plano estritamente estrutural, relativo às formas e aos sentidos. Examinamos o estudo de Fuchs (1982), que reconhece os seguintes tipos de paráfrase: a) o locutivo, dependente da função metalingüística; b) o referencial, ligado à identidade entre as referências; c) o pragmático, subordinado aos atos de fala, especificamente aos valores ilocutórios e perlocutórios; d) o simbólico, ligado aos gêneros textuais e às figuras de linguagem. Analisamos também a noção de correspondência, apresentada nas obras de Perini (1995) e Ilari e Gerdali (1990), para verificar a relação entre essa noção e paráfrase. Constatamos que Ilari e Gerdali estabelecem melhor tal relação, porque ultrapassam o formalismo para admitir uma diferença semântica entre as estruturas correspondentes: a orientação argumentativa.

Palavras-chave: paráfrase, plano locutivo, plano pragmático.

12 Par voie de conséquence, la paraphrase ne pourra pas non plus être enfermée soit dans le *système de la langue* (les relations de paraphrase ne constituent pas une propriété intrinsèque des couples de séquences, inscrite de façon stable en langue, et faisant l'objet d'un total consensus des sujets), soit dans la variabilité infinie des *faits de discours* et des déterminations extralinguistiques (à chacun son interprétations et ses relations de paraphrase): la paraphrase est un phénomène langagier (c'est-à-dire une activité de langage menée par des sujets dans des situations de discours données), qui n'est que partiellement linguistique (c'est-à-dire s'appuyant sur des relations complexes en langue, qui contribuent à l'établissement d'un jugement de paraphrase, sans pour autant le déterminer absolument). (Fuchs, 1982, p. 176).

RÉSUMÉ

L'objectif de cet article est d'analyser la paraphrase, une espèce de phénomène synonymique dans le domaine de la syntaxe, quoique soumis à facteurs complexes surpassant le plan strictement structural, relatif aux formes et aux sens. Nous examinons l'étude de Fuchs (1982), qui reconnaît les types suivants de paraphrase: a) locutif, dépendant de la fonction métalinguistique; b) référentiel, lié à l'identité entre les références; c) pragmatique, subordonné aux actes du langage, spécifiquement aux valeurs illocutoires et perlocutoires de ces actes; d) symbolique dépendant des genres textuels et des figures de rhétorique. Nous analysons aussi la notion de correspondance, trouvée dans les oeuvres de Perini (1995) et de Ilari et Geraldi (1990), pour vérifier le rapport entre correspondance et paraphrase. Nous constatons que Ilari et Geraldi établissent mieux tel rapport, parce qu'ils outrepassent le formalisme pour admettre une différence sémantique entre les structures correspondantes: la direction argumentative.

Mots-clés: paraphrase, plan locutif, plan pragmatique.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.
- ECO, U. *As formas do conteúdo*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *Conceito de texto*. São Paulo: Eusp, 1984.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1989.
- FUCHS, C. *La paraphrase*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.
- ILARI, R.; GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1990.
- JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- KOCH, I. V. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- LOPES, E. *Discurso, texto e significação: uma teoria do interpretante*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- _____. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.